

Documento repudia Lei de Segurança

JORNAL DE BRASIL

2 JUL 1987

Um documento assinado por 34 parlamentares pedindo que não seja aplicada a Lei de Segurança Nacional (LSN) aos possíveis indiciados nas agressões contra o presidente José Sarney, na quinta-feira, na Praça 15 do Rio de Janeiro, foi entregue ontem ao ministro da Justiça, Paulo Brossard. "Sou obrigado a cumprir a lei", desestimulou Brossard, que recebeu em troca uma saraivada de argumentos desfavoráveis à LSN.

Diante da reação dos parlamentares, Brossard prometeu estudar o assunto, mas o debate que se seguiu à entrega do documento, aberto com as assinaturas dos líderes de bancada (com exceção dos líderes do PDS, Amaral Netto, e do PL, Adolfo de Oliveira), o ministro argumentou que a atual LSN não é a mesma de 1969. "Mas ainda é parte do sistema ditatorial", rebateu o líder do PCB, Roberto Freire. "É uma lei que atenta contra a liberdade pessoal e está carregada do

estigma do autoritarismo", reforçou o senador José Fogaça (PMDB/RS), representando o líder do PMDB, senador Mário Covas.

O documento pede que o ministro Paulo Brossard determine que a Polícia Federal não adote a LSN para caracterizar as transgressões contra o presidente da República, e que seja invocada a lei penal comum contra os prováveis indiciados pelo tumulto. "Adotar, neste momento, a Lei de Segurança Nacional e realizar prisões sem mandado judicial significa a prática de instrumentos autoritários que a nação brasileira e a consciência jurídica, política e cívica em nosso país já há muito repeliram e querem ver sepultados", assinala o documento entregue pelos constituintes.

O presidente da OAB, Márcio Thomáz Bastos, que chegou no momento em que os parlamentares tentavam dissuadir Brossard, assinou imediatamente o documento.

Brandão quer sustar a LSN

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, iniciou ontem a coleta de assinaturas para a formalização de um projeto de decisão da Constituinte dispondo sobre a suspensão da vigência da Lei de Segurança Nacional. Na manhã de ontem, Brandão Monteiro levou ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, um documento subscrito por todos os líderes partidários — à exceção do deputado Adolfo de Oliveira, do Partido Liberal — solicitando que o governo opte pela aplicação da lei penal comum em relação às manifestações da semana passada contra o presidente Sarney, no Rio de Janeiro.

O líder pedetista afirmou que também vai pedir o apoio de todos os líderes de partidos para o projeto de decisão e, em especial, do presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães. No apelo que fez em plenário, Brandão Monteiro ad-

vertiu que se não forem tomadas medidas imediatas para conter o recrudescimento do autoritarismo, há o risco de a Assembléia Constituinte ser fechada.

O líder do PDT apontou uma série de fatos "capazes de levar a Constituinte à desmoralização", entre os quais a reação dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica à anistia de militares, a anunciada disposição do governo de preparar um projeto de Constituição e a idéia do senador José Richa, de suspensão das atividades da Assembléia.

Brandão Monteiro disse que um conselheiro do Tribunal de Contas do Rio procurou, há poucos dias, um setor do Palácio do Planalto para discutir proposta de interesse dos tribunais do gênero e foi informado nesse setor de que "quem estava examinando esse capítulo era o Sr. Saulo Ramos" (consultor geral da República).